

TIPO

64 ARTIGO CIENTÍFICO

ÁREA TEMÁTICA

ECONOMIA

TÍTULO

EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS DO MÉDIO E BAIXO RIO MADEIRA - REDE CAUSA JUSTA E SEUS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.

Andressa Samara Masiero Zamberlan (andressa_masiero@hotmail.com)

FACIMED UNESC

Mariluce Paes De Sousa (mariluce@unir.br)

UNIR - RO

Josilene Lima Ribeiro (luzia_ribeiro@hotmail.com)

FACIMED-RO

Flávio Lecir Barbosa (flaviolecir@gmail.com)

FACIMED-RO

RESUMO

A formação de redes como estratégia de cooperação e ação coletiva para o alcance de objetivos comuns tem sido mais frequentes nos últimos tempos, o que corrobora com vários estudos sobre estratégias e aspectos organizacionais. Observa-se com base na literatura que a formação de redes de relacionamentos dá-se por meio de processos que envolvem a formação, manutenção e resultado, sendo que estes podem ser afetados por fatores relacionais, organizacionais e ambientais, os quais são considerados como fatores críticos de sucesso. A metodologia aplicada a este artigo é análise de conteúdo utilizando os Fatores Críticos de Sucesso que são divididos nas seguintes dimensões: ambiente de negócios; aspectos antropológicos e socioculturais; políticas macroeconômicas e processo de formação propostas por Cândido e Abreu (2004) que totalizam 33 variáveis e o Relatório Síntese Projeto Agroindústrias para o Médio e Baixo Rio Madeira elaborado pelo IEPAGRO - Instituto de Estudos e Pesquisas Agroambientais e Organizações Sustentáveis serviu como base de pesquisa. Isto com a finalidade identificar e analisar os Fatores Críticos de Sucesso na criação da Rede Empreendimentos Comunitários do Médio e Baixo Rio Madeira, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Redes Solidárias e Empreendimentos Comunitários.

1 INTRODUÇÃO

A motivação de indivíduos se unirem por objetivos e interesses coletivos, são denominadas redes, por sua vez estas se caracterizam pela interação das partes envolvidas. Para alcançar tais objetivos e interesses às redes compostas por empreendimentos, obedecem aos princípios da economia solidária, tais como: democracia, cooperação e igualitarismo, tendo o trabalho, e não o lucro, como foco das suas ações, na literatura são denominados de empreendimentos econômicos solidários (EES), representados por cooperativas, associações, empresas auto geridas e ainda grupos informais.

A abordagem de redes é uma forma de examinar as organizações não como átomos - isolados e independentes umas das outras – mas como um conjunto imerso em contexto que, além do aspecto econômico, envolve também o histórico, político, cultural e social e que, por isso, apresenta motivações de diversas naturezas (GRANOVETTER, 1992).

Isto remete a um conjunto de fatores-chave em todo o processo de formação, os quais precisam ser observados como condição para a continuidade e o sucesso da ação, o que é denominado de Fatores Críticos de Sucesso - F.C.S, que Watson et al (1992), definem como sendo um conjunto de condições vitais de um dado projeto social, que quando falhas, aumentam a probabilidade de insucesso e, quando satisfatórias, assegurarão o alcance dos objetivos pretendidos. (CÂNDIDO, 2001).

As ideias de redes de empreendimentos comunitários surgem como uma opção no cenário atual buscando trazer desenvolvimento tanto em áreas urbanas como também em áreas rurais. Existe uma tendência maior voltada ao setor agrário, pois tem como objetivo fazer com que o pequeno produtor permaneça no campo e ainda aumente sua renda e melhore a qualidade de vida (ARAÚJO, 2009).

Para compreensão de tais fenômenos este estudo se propõe a analisar os fatores críticos de sucesso na criação da rede de empreendimentos comunitários no Médio e Baixo Rio Madeira – Rede Causa Justa, no município de Porto Velho, em Rondônia, que concentra 66 comunidades, divididas do ponto de vista geopolítico em 5 distritos, onde as atividades econômicas são desenvolvidas no nível primário, com uma produção predominantemente extrativista e com processos simples de manufatura, como é o caso da produção de farinha de mandioca.

Embora este quadro seja conhecido nas 3 esferas de poder em âmbito Municipal, Estadual e Federal, somente no ano de 2005 começa a receber maior atenção, quando surgem as primeiras movimentações para a construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira. Pois, as

exigências de ações mitigadoras estabelecidas no Plano Básico Ambiental – PBA, aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente – IBAMA, trazem propostas de criação de um Programa de Ações a Jusante das Usinas. (PAES-DE-SOUZA, 2010).

No entanto, dado a complexidade da situação, o IBAMA solicitou outros estudos, sendo contratada a Universidade Federal de São Carlos para revisar o primeiro PAB, no qual as empresas construtoras comprometeram-se a viabilizar a implementação de agroindústrias nos distritos, tendo como principal exigência que fosse garantida a sustentabilidade de tais empreendimentos. Logo, no PAB revisado pela UFSCar foi concebido um modelo de qualidade de vida ribeirinha. No entanto, para que o tal modelo fosse implementado, houve a necessidade de contratação de uma organização que operacionalizasse as ações ali prevista (PAES-DE-SOUZA, 2010).

Para realização desta atividade, a empresa responsável pela construção, a Santo Antônio Energia – SAE, contratou o Instituto de Estudos e Pesquisas Agroambientais e Organizações Sustentáveis – IEPAGRO para operacionalização do modelo concebido pela UFSCar.

Os resultados de tais estudos geraram uma base de dados organizada e sistematizada com plataforma articulada que demonstram a realidade das famílias, das organizações sociais, produtivas, e das comunidades como um todo, possibilitando com que os pesquisadores do IEPAGRO fizessem uma prospecção de uma rede de empreendimentos comunitários, a qual foi denominada de “Rede Causa Justa” em alusão a luta dos ribeirinhos por permanecerem em suas comunidades e ao papel de guardadores da floresta nos últimos dois séculos, tornando a região do Médio e Baixo Rio Madeira a área habitada mais preservada do Estado de Rondônia (IEPAGRO, 2010).

A partir destas informações e tendo em conta os aspectos geopolíticos, socioeconômicos e ambientais da região, alinha-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os fatores críticos de sucesso na criação da rede de empreendimentos comunitários do Médio e Baixo Rio Madeira?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A discussão de economia solidária, chamada também de Ecosol, surge quando o mundo adota um sistema econômico denominado capitalista, em que os meios de produção e distribuição são pautados na propriedade privada e com fins lucrativos, sendo assim, se trona necessário conhecer as origens teóricas da economia solidária.

O surgimento das concepções relacionadas à Ecosol provém do diálogo entre a sociologia e a economia, isso no final do século XIX e início do XX pelos clássicos da sociologia (GISLAIN & STEINER, 1995; STEINER, 1999 apud AZAIS, 2009). Uma “nova” ciência, a sociologia econômica ou a socioeconomia, surgiu. Entre as temáticas abrangidas por este ramo da sociologia, a “economia solidária” vem ocupando lugar de destaque (AZAIS, 2009, p. 39).

De maneira concisa, pode-se dizer que a sociologia estuda a análise das interdependências entre os membros de um grupo, onde os atores são influenciados entre si podendo atuar de forma racional ou irracional. As Teorias econômicas ortodoxas, no entanto, afirmam que os atores são influenciados por outros atores e seus comportamentos são guiados pela racionalidade. Até recentemente a economia podia se resumir no trinômio, progresso técnico, acumulação de capital, crescimento de renda, repousando sobre o sistema de preços, porém hoje ela se tornou mais acessível, fazendo assim que exista um cruzamento entre as temáticas sociológicas e econômicas (AZAIS, 2009).

A fim de complementar, Azais, na mesma obra, retrata a posição de outros pensadores:

(...) o próprio Sismondi, já em 1819, nos *Novos princípios de economia política*, sensibilizado pela miséria social e pelas condições de trabalho da classe operária, opunha-se às funções autorreguladoras do mercado. Para ele, o homem – e não acumulação – fornece o objeto central da economia. Stuart Mill, na sequência de Sismondi, coloca o homem no cerne da economia. (...) O progresso não se resume no crescimento de bens disponíveis, é preciso que eles sejam bem distribuídos. Portanto, progresso econômico não é sinônimo de progresso social. Favorável a uma sociedade fundamentada em relações igualitárias entre operários e patrões, (...) Stuart Mill julga que o progresso depende da associação de interesses entre grupos sociais com anseios divergentes (...) (AZAIS, 2009, p. 41).

Considerando tais posições, embora a economia solidária ter ascendido recentemente nas discussões, ideias de união de interesses, maior igualdade entre as classes sociais já faziam parte de algumas teorias antigas. Sendo que tais teorias contemplam a análise do mercado econômico com um todo, onde não deixam o social a simples mercê das leis de mercado. Isso nos leva a dizer que a economia solidária é oposta a pensamentos econômicos ortodoxos.

Segundo Lévesque (2001) citado por Azais (2009), a sociologia econômica trata da ação econômica, de suas relações e processos de arranjos institucionais. Sendo que está sobre cinco campos de investigação: 1) o ator econômico e seus motivos de ação; 2) a estrutura social econômica; 3) os modos de regulamentação e de legitimação; 4) os efeitos da economia sobre a sociedade; e 5) as interações entre o desenvolvimento econômico e mudança social (LÉVESQUE et al. 2001, p. 47 apud AZAIS, 2009).

Alinha-se a seguir em quais aspectos a economia solidária difere, mesmo que minimamente, de economia social, para tanto, recorre-se a Harribey (2000) e Guélin (1998) citado por Lechat (2002) que definem economia social da seguinte maneira:

“... tem uma abrangência normativa e ideológica e tenta responder às necessidades reais das classes mais populares, seja para assegurar-se contra doença através de fundos de socorro antes da Previdência Social existir, para acessar ao crédito por meio de organismos de crédito cooperativo, ou para comprar bens junto a cooperativas de consumo, ou então para organizar-se em grupos produtores, como na agricultura (HARRIBEY, 2000, p. 11 apud LECHAT).”

Neste sentido Guélin vai mais além ao definir economia social, como:

“... ela é composto por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros”. (GUÉLIN, 1998, p.13 apud LECHAT, 2002)

Considerando as contribuições e visando sintetizar a discussão a respeito da diferenciação dos termos economia solidária e economia social, recorre-se a uma matéria da revista Recma¹, no seu editorial *A solidariedade em questão*, de janeiro 2001, que estabelece uma nítida diferença entre economia social e economia solidária, pontuando que:

A solidariedade é problematizada, que etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juriconsultos romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum*). A solidariedade, antes de ser um valor, é um fato e designa uma dependência recíproca. Uma outra concepção, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo de C. Gide no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral). O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade. Deste ponto de vista, a economia solidária apoia-se sobre uma economia de sujeitos desiguais, enquanto que a economia social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais. (LECHAT, 2002).

Apesar da afirmação acima, Lechat, traz uma ressalva que se faz muito importante para fins conceituais desta pesquisa, onde a mesma afirma que de um ponto de vista semântico, depende-se do país de referência, a realidade coberta pela expressão “economia solidária” varia, como pode-se ver a seguir:

(...) nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organisations*. O termo economia solidária e a

¹ Revista RECMA: Revue des études coopératives, mutualistes et associatives, fundada em 1921 e que tem por subtítulo: Revue internationale de l'économie sociale).

apelação *organizaciones de economia popular*, mais comuns na América Latina(...) Com algumas ressalvas (...), na América Latina o termo economia solidária equivale a economia social (LECHAT, 2002 p. 8).

Com toda contextualização acima exposta, ainda é necessário pontuar algumas informações para então prosseguir com o encaminhamento teórico. A literatura existente no exterior sobre economia solidária é mais antiga do que a brasileira, não só tendo origem na França, bem como na América latina especificamente no Chile, com o autor Luís Razeto (1993).

Lechat (2002) pontua que foram nos anos de 1975 e 1976, onde surgiram novos fenômenos, provindos de uma crise do sistema capitalista, onde a classe trabalhadora foi a maior prejudicada, sendo assim, forçada a se reorganizar para sobreviver de uma maneira diferente, surgem os trabalhos em cooperativas, e assim numerosos pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com esta nova realidade, produziram novas teorias para estudar tais fenômenos.

No Brasil, o fato tem gerado interesse de estudos empíricos por vários autores dentre os quais, destaca-se: Gaiger, 1996; Singer & Souza, 2000; Lisboa, 2006; França Filho; e de formulações teóricas, como Mance, 2000; Cattani, 2003; além de debates a cerca de políticas, tendo-se a contribuição de Singer e Machado, 2000; já autores como Laville, 1994; Defourny, Develtere e Fonteneau, 1999; Santos, 2002 estudam casos de redes de empreendimentos pautados nos princípios da economia solidária, a fim de formar teorias comparativas entre países e suas experiências.

Parece ser unanimidade entre autores como Singer (2002), Gaiger (2002), Pinto (2006) dentre outros que o surgimento da economia solidária se deu no território europeu. No Brasil, identificado por Lechat (2002), foi no livro de Gadotti², 1993, o qual faz referência à Luiz Razeto (ano), o primeiro aparecimento do conceito de economia solidária:

(...) una formulación teórica de nivel científico, dibujado desde y a cuenta de importantes colecciones de económicas experiencias-...-, que comparten algunos rasgos constitutivos y esenciales, mutualismo, cooperación, solidaridad y comunidad de autogestión, que definen una racionalidad especial, a diferencia de otras racionalidades económicas. (Razeto, 1993: 40).

Porém, em uma retrospectiva histórica é possível identificar iniciativas que se assemelham aos conceitos hoje aplicados para economia solidária, sendo assim, tem-se que: (...) em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um Estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do

² Livro: Economia de solidariedade e organização popular.

indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. (SCHMIDT & PERIUS, 2003 p. 64).

Gonçalves (2004) diz que no decorrer da história brasileira tiveram diversos casos de iniciativas cooperativistas como:

- (1) Colônia de Saí, pensada pelo também francês, Benoit Mure (GONÇALVES, p. 9);
- (2) Colônia de Cecília, iniciativa de Giovanni Rossi (1856-1943). (GOLÇALVES, p. 10).

Como iniciativas mais recentes, de acordo com Schmidt & Perius (2003): encontra-se que (...) o cooperativismo, com a sua fisionomia de organização cooperativa, apareceu no Brasil a partir de 1891. Naquele ano surgiu, em Limeira, São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, em 1894 fundou-se a Cooperativa Militar Consumo. Em 1895, em Camaragibe, Pernambuco, surgiu outra cooperativa de consumo. Em 1897 lançou-se em Campinas a Cooperativa de Consumo de Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. E, em 1898, nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos daquela cidade.” (SCHMIDT & PERIUS, 2003, p. 64-65)

Em síntese, a economia solidária já esta presente em diversas partes do mundo, na Europa e no Canadá seu desenvolvimento está ligado à economia social, suas aplicações, isso para enfrentar crises de trabalho e valores de modernidade (LAVILLE, 1994). Já a visão sempre adotada na América Latina, como foi possível perceber nos fatos históricos, a economia solidária, sua aplicação e desenvolvimento estão sempre ligados ao combate a pobreza, programas de geração de trabalho e renda que servem de orientação para economia popular (FRANÇA FILHO, 2004; SINGER, 2002; GAIGER, 2004; (SANTANA, 2009).

De acordo com Santana (2009) o Brasil tem se destacado como um dos países onde a economia solidária mais se desenvolve, para corroborar, destaca-se que diversas ações foram efetuadas nesse campo desde os primeiros ensaios internacionais para partilhar experiências e reflexões, sobretudo com ativistas latino-americanos, ainda nos anos 1980; passando pela constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, formado em 2001 na primeira edição do Fórum Social Mundial; pelas Plenárias Nacionais (2002 2003); a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); a constituição da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES); a Conferência Nacional; O Encontro de Empreendedorismo da Economia Solidária, até chegar ao Conselho Interministerial de Economia Solidária (SANTANA, 2009, p. 77).

O debate literário sobre redes é vasto dentro do campo da Administração, a partir de autores como: Martes & Bulgacov (2006), Balestrin & Vargas (2004), Furlanetto (2001), Zawislak (1996, 2000 e 2001), Caglio (1998), Oliver e Ebers (1998). Tal discussão surge nos Estados Unidos e na Inglaterra nas décadas de 1970 e 1980, os estudos com enfoque em redes, porém no Brasil o interesse surge a partir da década de 1990. Os principais temas abordados por estes estudos de acordo com Martes & Bulgacov:

Elaboração e fluxo de conhecimento, cooperação, confiança, desenvolvimento regional a partir de redes de pequenas e médias empresas, competitividade a partir das inter-relações de grandes corporações, em especial as alianças estratégicas, benefícios advindos da troca de informações, internacionalização de empresas, governança corporativa, entre outras (MARTES; BULGACOV et al. 2006, p. 13).

Existem ainda outros apontamentos importantes feitos sobre redes que devem ser levados em consideração. Castell (1999) considera as redes um meio de intensificar a interação entre as pessoas e organizações realizando uma “redução espaciotemporal nas inter-relações dos seus atores” (BALESTRIN; VARGAS, 2004, p. 205).

Para Balestrin e Vargas (2004, p. 209) existem inúmeros fatores que interferem no desenvolvimento de uma rede, o que faz com que “difícilmente existirão duas redes estruturadas de maneira idêntica”.

A fim de complementar as teorias a cerca de redes organizacionais, na figura 01, a seguir apresenta-se um quadro com autores que também apresentam definições, classificações e condições a cerca de redes.

Figura 01 – Quadro com Definições de Rede

Autor	Definição
Ernst (1994)	<ul style="list-style-type: none"> • redes de fornecedores: envolvendo a subcontratação e acordos entre um cliente e seus fornecedores de insumos intermediários para a produção; • redes de produtores: abrangendo todos os acordos de co-produção que oferecem possibilidade a produtores concorrentes de juntarem suas capacidades de produção e recursos financeiros/humanos com a finalidade de ampliar seus portfólios de produtos, assim como sua cobertura geográfica; • redes de clientes: são os contratos e acordos firmados entre as indústrias e distribuidores, canais de comercialização, revendedores com valor agregado e usuários finais nos grandes mercados de exportação ou nos mercados domésticos; • redes de coalizões-padrão: são formadas por potenciais definidores de padrões globais com o objetivo explícito de prender tantas empresas quanto possíveis a seu produto proprietário ou padrões de interface, • redes de cooperação tecnológica: com o objetivo explícito de facilitar a aquisição de tecnologia para projetos e produção de produtos, capacitar o desenvolvimento conjunto dos processos e da produção e, permitindo acesso compartilhado a conhecimentos científicos genéricos e de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D).
Garofoli (1993)	<ul style="list-style-type: none"> • redes hierarquizadas espacialmente descentralizadas, onde uma firma lidera um conjunto de formas dispersas; • redes hierarquizadas espacialmente centralizadas; • laços de cooperação entre firmas espacialmente centralizadas (distritos industriais); • laços de cooperação entre firmas espacialmente descentralizadas (alianças estratégicas).

<p>Laumann, Galaskiewicz & Mardsen (1978)</p>	<p>Baseia-se em dois princípios o da competição e cooperação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • redes formadas pelo modo competitivo: as empresas mesmo pondo em prática a cooperação, a ajuda mútua e o compartilhamento, são encaradas como entidades que buscam suas metas particulares, procurando manter sua autonomia nas suas operações e estratégias. • redes formadas pelo modo cooperativo: neste caso, as empresas envolvidas têm seus objetivos particulares, mas têm a devida percepção de que, o benefício será maior se juntas buscarem alcançar um objetivo maior e coletivo.
---	--

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001.

Nesta pesquisa a definição e delimitação de Fatores Críticos de Sucesso (FCS) seguiram a proposição de Cândido e Abreu (2004) os quais consideram que os FCS são percebidos a partir da existência de um conjunto de fatores-chave, que precisam ser observados como condição para a continuidade e o sucesso da ação. O atual cenário que ambienta o mundo dos negócios tem conduzido os setores e segmentos econômicos, juntamente com os seus agentes produtivos a buscarem a competitividade como estratégia para sua sobrevivência e desenvolvimento. Para o sucesso de qualquer empreendimento é necessário identificar quais as variáveis que podem causar o sucesso ou o insucesso de qualquer iniciativa. São considerados fatores críticos de relacionamentos cooperativos, os aspectos ambientais e organizacionais que podem estimular ou restringir um relacionamento, podendo influenciar a formação ou manter uma relação de cooperação (CÂNDIDO; ABREU, 2004; OLIVER, 1990).

A formação, desenvolvimento e manutenção de redes são influenciados por inúmeros fatores. Cândido e Abreu (2004) apresentaram uma lista de Fatores Críticos de Sucesso, que consideram “um conjunto de condições vitais de um dado projeto social, que quando falham aumentam a probabilidade de insucesso, e, quando satisfatórios, assegurarão o alcance dos objetivos pretendidos.” (CÂNDIDO e ABREU, 2004, p. 5)

Os fatores críticos para o sucesso de redes interorganizacionais, os quais são agrupados em quatro diferentes dimensões: i) ambiente de negócios; ii) aspectos antropológicos e socioculturais; iii) políticas macroeconômicas; e iv) processo de formação. Em cada uma delas os fatores críticos de sucesso são apresentadas em ordem de importância.

Na sequência discorre-se sobre a definição de cada uma das dimensões tendo-se como base os estudos de Cândido (2001), como pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 02 – Dimensão Ambiente de Negócios

Variável	Definição
Competitividade local	A identificação de condições de desenvolvimento econômico da região, e por consequência da rede a ser estudada, a partir da habilidade dos empreendimentos inovarem e melhorar.

Prática da inovação	A existência de um ambiente propício para a prática da inovação, baseada na cooperação e colaboração interorganizacional, partindo do princípio de que as empresas participantes dependem umas das outras para poderem pôr em prática o conjunto das suas operações e suas ações estratégicas individuais e coletivas.
Perfil das empresas locais;	A existência de instituições e/ou pessoas responsáveis pelo processo tenham conhecimento adequado do perfil das empresas localizadas na região.
Infraestrutura física	Existência de boas condições de infraestrutura físicas (elétricas, hidráulicas, sanitárias e ambientais); de comunicação e informação e de transportes que atendam as necessidades das empresas participantes da rede de empreendimentos
Convivência com a prática de cooperação e competição	Existência de um ambiente propício para a prática da cooperação e colaboração entre as empresas participantes do agrupamento baseados em objetivos comuns entre: empresas, o poder público e às instituições de apoio às atividades empresariais na região
Formas de comunicação	A existência de múltiplos canais e formas diversas de comunicação entre os participantes (interno-externos, público/privados), partindo do princípio de que esta forma de atuação empresarial se desenvolve através de comunicações e interações múltiplas, em torno de interesses e necessidades comuns e nos relacionamentos entre os diversos participantes.
Participação de instituições de apoio.	Participação de fornecedores especializados, fabricantes de produtos complementares, prestadores de serviços especializados, envolvimento de instituições públicas e privadas (universidades, centros de pesquisa, associações comerciais e industriais, órgãos de normatização, etc.)

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001

Esta dimensão é responsável por retratar o ambiente e os fatores de produção já existentes, ou ainda identificar o que está faltando ou é pouco desenvolvido quanto se tem uma rede ou pensa-se em implantar uma

Figura 03 – Dimensão Políticas Macroeconômicas

Variável	Descrição
Estabilidade	A existência de estabilidade nas políticas macroeconômicas do tipo: estrutura do sistema tributário, condições do mercado de trabalho, normas sobre a propriedade intelectual, conhecimentos acerca da capacidade da absorção e utilização da capacidade de produção.
Planejamento e coordenação das ações das instituições de apoio	A existência de uma política que promova o desenvolvimento de programas voltados para articular o planejamento e coordenação das ações das instituições locais do tipo: desenvolvimento de novas tecnologias, regulação, treinamento, controle de qualidade, licenciamento, financiamento, segurança do trabalho, controle ambiental.
Independência e autonomia das empresas	Que as empresas participantes da rede sejam independentes, ou seja, as empresas ao atuarem em rede, não significa que elas tenham de abrir mão da sua autonomia.
Investimentos públicos de apoio	Que os investimentos públicos destinados ao estímulo à produção sejam orientados para a criação de infraestrutura para a melhoria na prestação de serviços públicos que atendam as demandas específicas da região e da rede.
Formas de concorrência	A existência de formas de concorrência e rivalidade saudável entre as empresas localizadas na região e entre os participantes da rede
Mecanismos para fortalecer os relacionamentos e interações	A existência de mecanismos organizacionais direcionados para o fortalecimento dos relacionamentos e interações entre os diversos agentes direta e indiretamente envolvidos com o conjunto das empresas da região
Capacidade de mobilização, Políticas direcionadas para o fortalecimento da capacitação tecnológica	A existência de uma efetiva capacidade mobilizadora dos agentes e das instituições públicas e privadas, especialmente as de cunho local e microrregional

Política de difusão de tecnologias de informação e conhecimento	A existência de uma política de difusão de tecnologias de informação e conhecimentos (TI's) para as empresas participantes da rede, que possibilite troca e compartilhamento de informações sobre mercados, tecnologias alternativas, novos insumos, novas técnicas mercadológicas, de gerência financeira, etc
Integração das políticas de apoio	A integração de diferentes políticas (financeira, industrial, serviços, de C & T, educacional, etc.) postas em prática pelo poder público e instituições privadas.
Estímulo a geração, aquisição e difusão do conhecimento	O desenvolvimento de atividades de apoio à formação de ambientes capazes de estimular a geração, aquisição e difusão de conhecimentos.
Nível de interação entre os agentes envolvidos	Desenvolvimento de modelos e sistemas visando a maior interação entre os diversos agentes econômicos, técnico-científicos, políticos e reguladores existentes na região.

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001

Esta dimensão é representada pelo tamanho do mercado e toda sua dinâmica como o nível de sofisticação dos compradores e o como às empresas reagem a estas exigências, enfim tem por principal objetivo identificar as condições de mercado e demanda pelos produtos a serem ofertados pela rede.

Figura 04 – Dimensão Processo de Formação

Variável	Definição
Potencial para prática da cooperação	O processo de formação deve ser focado em setores e atividades para as quais as localidades e regiões já contem com algumas experiências anteriores
Vinculação a uma política de desenvolvimento regional	O processo de formação e desenvolvimento de redes de empreendimentos solidários e comunitários deve estar vinculado a uma política de desenvolvimento regional que envolva diretamente apoio as redes atentando para as potencialidades e os benefícios decorrentes da sua criação
Remoção aos obstáculos, restrições e limitações	O processo precisa ser focado na remoção dos obstáculos e atenuação das restrições e limitações para o funcionamento e desenvolvimento da rede.
Desenho das fronteiras organizacionais	A existência de um adequado desenho das fronteiras organizacionais, incluindo os diversos elos na cadeia produtiva
Familiarização com os conceitos	Familiarizar os componentes efetivos e potenciais da rede com os conceitos, importância, e vantagens de atuar de forma conjunta e compartilhada com os outros empreendimentos
Expressão dos objetivos comuns	A necessidade de que os participantes envolvidos diretos e indiretamente tenham seus objetivos expressos explicitamente, a partir da existência de objetivos comuns
Relacionamentos voluntários constantes	Que as diversas formas de interligações e interações entre os diversos componentes da rede sejam realizados através de relacionamentos voluntários e constantes
Existência de líderes capazes de conduzir o processo	A existência de líderes nos diversos níveis da rede, assumindo compromissos e atuando como um referencial, com participação ativa na definição e implementação das estratégias e operações e, principalmente no processo decisório dos empreendimentos, tanto individual quanto coletivamente
Definição de uma arquitetura organizacional	Definir uma arquitetura organizacional para o agrupamento que seja a mais adequada ao contexto regional, definindo quais os papéis e atribuições de cada um deles e, de como serão firmados e mantidos às relações de dependência com os diversos agentes dentro da cadeia produtiva do agrupamento.
Estratégias de atuação e política mercadológicas	A estratégia mais indicada para o fortalecimento da rede deve ser inicialmente atender as necessidades e os interesses do mercado interno e, a partir daí buscar o mercado externo, realizando campanhas publicitárias em revistas estrangeiras locais especializadas e publicações de circulação global; participando de feiras e encontros de interesse.

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001

Esta dimensão refere-se ao contexto institucional e cultural em que são criadas, organizadas e gerenciadas a rede, e a natureza da rivalidade entre dos empreendimentos que competem nos diversos segmentos de mercado

Figura 05 – Dimensão Aspectos Antropológicos e Socioculturais

Variável	Definição
Nível de atividade comunitária;	Que nas áreas geográficas escolhidas como alvo para aplicação da rede existam sistemas sociais que apresentem um certo nível de atividade comunitária, ou pelo menos tendência para tanto
História comum;	Que as diversas partes componentes da rede tenham um mínimo de história comum, podendo ser manifestada através de questões étnicas, históricas, de valores, religiosas, preferências políticas, etc
Políticas de conscientização e socialização;	A promoção de uma política de promoção, que cuide de aspectos relacionados à socialização e conscientização dos seus membros, incluindo noções de responsabilidade, compromisso, participação e consciência coletiva
Apoio familiar;	A existência de uma cultura empresarial que valorize os laços cooperativos e uma tradição de apoio familiar a novos empresários
Clima de confiança e identidade cultural.	A existência de um ambiente que favoreça um clima de confiança e identidade cultural que precisam ser estimulados e transmitidos a todos os agentes direta e indiretamente envolvidos no processo

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001

Cada um desses quatro fatores influencia a competitividade e todos se reforçam (ou enfraquecem) mutuamente. Isto é, existe uma forte sinergia entre eles, o conjunto das partes pode ser maior ou menor que a soma das mesmas. A vantagem competitiva baseada em uma só classe de fatores, ou em duas, geralmente mostra-se não sustentável ao longo do tempo, uma vez que os competidores acabam por superá-la rapidamente. (CÂNDIDO, 2001).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como uma análise de conteúdo, isto por meio de pesquisa documental e em base de dados secundários, tendo como principal fonte o banco de dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Agroambientais e Organizações Sustentáveis – IEPAGRO. Foram efetuadas consultas aos instrumentos de pesquisas e relatórios com as evidências e resultados dos estudos desenvolvidos pelo mesmo instituto. Neste instrumento tomou-se conhecimento do contexto da Região do Médio e Baixo Rio Madeira, com detalhes identificados em relação as comunidades, as pessoas e o processo produtivo, o que está retratado em planilhas, gráficos, esquemas, quadros, tabelas, fotos. O tratamento dos dados foi feito de acordo com a figura 06 abaixo, respeitando as dimensões e variáveis propostas por Cândido e Abreu (2004).

Figura 06 – FCS – Dimensões e variáveis

Dimensão	Variável
----------	----------

Ambiente de Negócios na Localidade	07
Políticas Macroeconômicas	11
Processo de Formação	10
Aspectos Antropológicos e Socioculturais	05
TOTAL	33

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Proposta de criação da Rede Causa Justa

A proposta da rede de empreendimentos para o médio e baixo Rio Madeira foi apresentada como resultado de um trabalho de pesquisa e acompanhamento realizado pelo IEPAGRO para atender demanda da empresa responsável pela construção da Hidrelétrica do Rio Madeira o Consórcio denominado Santo Antônio Energia – SAE.

A partir das ações desenvolvidas e visando a melhoria da qualidade de vida ribeirinha foi gerada a proposição de uma rede de empreendimentos comunitários, de forma a possibilitar maior sinergia entre as comunidades, convergência de organizações sociais de produção já existentes na região e ainda, o aproveitamento dos recursos naturais, cultura e práticas milenares dos extrativistas/produtores, de forma a promover a organização, processamento e comercialização da produção, estabelecendo um processo de coordenação entre os diversos empreendimentos.

Observa-se que a concepção da Rede, respeitou a realidade do médio e baixo rio madeira, sendo delimitadas na região as comunidades que sediaram os empreendimentos da rede, no entanto, beneficiando a todas com a criação da rede. Segundo dados do mesmo instituto, a região do médio e baixo rio madeira concentra 66 comunidades, cujas principais são os distritos de: Cujubim Grande; São Carlos; Nazaré; Calama; e Demarcação, todos localizadas no Município de Porto Velho.

A proposta da rede de empreendimentos comunitários respeita a cultura local, o modo de produção já existente e tem a seguinte configuração: compõe-se, na fase inicial de 13 associações, uma cooperativa e um conselho de comunidades, incluindo uma central de comercialização já visando um sistema de logística de escoamento da produção. A proposição da rede de empreendimentos comunitários está pautada nos princípios de economia solidária, tais como, relações econômicas justas, sustentáveis e solidárias.

A criação da Rede Causa Justa preconiza a organização de 13 empreendimentos comunitários tendo como base a instalação de micro-agroindústrias de processamento de produtos agroextrativistas, as quais terão a produção explorada pelas associações das

comunidades, tendo a logística de transporte, comercialização e distribuição ao encargo da cooperativa do baixo madeira – COOMADE. As localidades para implantação das agroindústrias foram determinadas conforme inventário da produção, por exemplo, a comunidade que é produtora de frutas sediará a agroindústria de beneficiamento de frutas. A central de comercialização foi proposta com a finalidade de facilitar e melhorar o escoamento e comercialização dos produtos. Para organização da coleta e comercialização do pescado foi sugerido a criação de entrepostos a fim de melhorar o fluxo, conservação e distribuição do peixe, e ainda, a reforma do terminal pesqueiro para processamento e comercialização.

Utilizando-se das referências das dimensões e variáveis propostas por Cândido e Abreu (2004), a partir de pesquisa documental, aliada as técnicas de análise de conteúdo, buscou-se identificar dentro da proposição da rede e realidade local quais variáveis podem ser consideradas como fator crítico de sucesso, com a análise, foi possível apontar os FCS para a criação da rede proposta, classificando-os como: FCS Positivo e FCS Negativo.

Considerou-se a classificação “FCS Positivo” quando a variável foi identificada na região de proposição da rede as condições que favorecem a sua instalação e FCS Negativo quando a variável não foi pontuada no relatório, sendo assim segue as figuras 07 e 08:

Figura 07 – Fatores Positivos e Negativos

Dimensão	Variável	Classificação dos FCS
Ambiente de Negócios	Competitividade local;	FCS Positivo
	Prática da inovação;	FCS Negativo
	Perfil das empresas locais;	FCS Positivo
	Infraestrutura física;	FCS Negativo
	Convivência com a prática cooperação e competição;	FCS Negativo
	Formas de comunicação;	FCS Negativo
	Participação de instituições de apoio.	FCS Negativo
Políticas Macroeconômicas	Estabilidade	FCS Negativo
	Planejamento e coordenação das ações das instituições de apoio	FCS Negativo
	Independência e autonomia das empresas	FCS Negativo
	Investimentos públicos de apoio	FCS Negativo
	Formas de concorrência	FCS Negativo
	Mecanismos para fortalecer os relacionamentos e interações	FCS Negativo
	Capacidade de mobilização, Políticas direcionadas para o fortalecimento da capacitação tecnológica	FCS Negativo
	Política de difusão de tecnologias de informação e conhecimento	FCS Negativo
	Integração das políticas de apoio	FCS Negativo
	Estimulo a geração, aquisição e difusão do conhecimento.	FCS Negativo
	Nível de interação entre os agentes envolvidos	FCS Negativo

Processo de Formação	Potencial para prática da cooperação	FCS Negativo
	Vinculação a uma política de desenvolvimento regional	FCS Negativo
	Remoção aos obstáculos, restrições e limitações	FCS Negativo
	Desenho das fronteiras organizacionais	FCS Positivo
	Familiarização com os conceitos	FCS Negativo
	Expressão dos objetivos comuns	FCS Positivo
	Relacionamentos voluntários constantes	FCS Negativo
	Existência de líderes capazes de conduzir o processo	FCS Negativo
	Definição de uma arquitetura organizacional	FCS Positivo
	Estratégias de atuação e política mercadológicas	FCS Negativo
Aspectos, Antropológicos e Socioculturais	Nível de atividade comunitária;	FCS Negativo
	História comum;	FCS Positivo
	Políticas de conscientização e socialização;	FCS Negativo
	Apoio familiar;	FCS Positivo
	Clima de confiança e identidade cultural.	FCS Positivo

Fonte: Desenvolvido pela autora

Partindo para a dimensão que trata das Políticas Macroeconômicas das 11 variáveis utilizadas como parâmetro de pesquisa todas aparecem como fatores críticos de sucesso negativos, apesar da densidade do relatório, embora a rede ainda não esteja em funcionamento, estas variáveis apresentam-se como ameaças a implementação da rede.

Contudo na última dimensão Aspectos Antropológicos e Socioculturais, das 5 variáveis, apenas 2 foram apontadas como fator crítico de sucesso negativo a criação da rede estudada. Foram utilizadas como variáveis de pesquisa quatro dimensões, compostas por 33 variáveis, das quais somente 9 considera-se FCS positivo, ou seja, estas não se mostram como ameaça a criação da rede proposta, pois por meio do relatório estas já ficaram bem claras e concisas quanto a sua existência e aplicação de acordo com a definição proposta por Cândido (2001). No entanto, as demais, 24 variáveis, classificam-se como FCS negativo, ou seja, existe no relatório trechos que tratam destas variáveis, porém o que é retratado contrariam as condições necessárias ao sucesso da criação da rede. Ressalta-se que as variáveis que se relacionam a participação, coordenação, integração, políticas e praticas oriundas do poder público, não são evidenciadas no relatório analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

O objetivo principal deste trabalho foi analisar os fatores críticos de sucesso relacionados à criação de uma rede de empreendimentos comunitários oriundos de uma

proposta feita pelo IEPAGRO. Das 33 variáveis utilizadas como parâmetro de pesquisa, algumas, apenas 9 puderam ser classificadas como FCS Positivos, ou seja, contribuem para implementação da rede, estação apontadas como favoráveis a rede proposta. Sendo assim as restantes, 24 variáveis, aparecem como FCS Negativos, ou seja, são desfavoráveis a implementação da rede e estas devem ser os principais alvos de ações a fim de torná-las FCS positivos. Após a apresentação de todos os resultados, temos o seguinte a concluir, que a proposição da rede é viável e plenamente aplicável, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do médio e baixo rio madeira, porém alguns aspectos devem ser tratados como prioridade e seriedade a fim de que a criação da rede seja possível.

Apresentado aspectos de infraestrutura básica não se enquadram de forma ideal para a implantação das agroindústrias, se tem a questão do conhecimento da população local a ser envolvida neste processo, isso, pois, a proposta da rede foi inteira baseada na realidade das comunidades, em suas atividades habituais, culturas disponíveis na região e ainda o conhecimento tácito que os mesmo têm.

Contudo tal conhecimento mostrou-se insuficiente para que a proposta seja criada e assim seja rentável e estável, observou-se a grande necessidade da capacitação e formação da população, isso nos mais diversos aspectos, desde aspectos de higiene pessoal, processo produtivo, gestão, funcionamento da rede, atuação de cada um e ainda desenvolver as relações interpessoais afinal se trata de uma rede de empreendimentos comunitários.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J., **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidade para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ARAUJO, Fernanda S. **Economia Solidária e Autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado**. Dissertação de M.Sc., Programa de Engenharia de Produção do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (PEP/COPPE/UFRJ). Rio de Janeiro, 2009.

AZAIS, C. **Economia Solidária ou Práticas Solidárias? Um questionamento a partir da sociologia econômica**. Paper apresentado no I Congresso Internacional de sociologia Econômica e Finanças, São Carlos, 2006.

BALESTRIN, A., & Vargas, L. M. (2004). **A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs**: teorizações e evidências. *Revista de Administração Contemporânea*, 8 (Edição Especial), 203-227.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (trad.). 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Fatores Críticos de sucesso no processos de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas: um estudo comparativo de experiências brasileiras.** Tese de doutorado em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CÂNDIDO, G. A., & Abreu, A. F. **Fatores Críticos de sucesso no processos de formação, desenvolvimento e viabilização de redes organizacionais: um estudo exploratório.** Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Curitiba: ANPAD. 2004.

CASAROTTO Filho, Nelson e PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo, Atlas, 1998.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** Rio de Janeiro: UFRJ/Ed. Relume Dumará, 2005

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. **“Inovação, Globalização e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico”.** In Cassiolato, J. E. e Lastres, H. M. M. (orgs.), *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul.* Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASTELL, M. . **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

DINIZ, C.C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização , Nova Economia**, v.3, n.1. Belo Horizonte, UFMG/FCE/DCE. 1995.

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. **Economia Solidária uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto.** In: IN: SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). *A Administração Política como campo do conhecimento.* 1ª ed. São Paulo –Salvador: Mandacaru, 2004. p.119-143.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres.** Contexto e Educação. Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: . (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza.** São Leopoldo: Unisinos, p. 101-126. 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda: de onde veio, para onde foi.** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2. ed.1983.

GAROLOFI, G. **Endogenous development and southern Europe.** Aldershot: Averuby, 1992.



GRANDORI, A., & Soda, G. (1995). **Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and formas**. *Organizations Studies*, 16 (2), 183-232.

GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness**. *American Journal of Sociology*. 1992.

GEIGER, A. **Elementos a serem considerados na análise da governança de aglomerados empresariais**. Disponível em: <www.producao.ufrgs.br/.../85_elementos_da_governanca.doc>. Acesso em 30 mai 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GONGALVES, A. **As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil**, E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, n. 2 (2004). Disponível em: <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acesso em 10 out 2011.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica. 1998.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Prentice Hall. 2004.

HARRIBEY J.M.. **“La financiarisation de l'économie et la création de valeur”**, Université Bordeaux IV, Doc. de travail du C.E.D., n° 45.(2000)

HUMPHREY, J. SCHMITZ, H. **Developing Country Firms in the World Economy Governance and Upgrading in Global Value Chains**. *Institute of Development Studies*: 2002. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/ids/global/vw.html>>. Acesso em 30 mai 2011.

IEPAGRO. Relatório Síntese. **Pré-projetos das Agroindústrias do Médio e Baixo Rio Madeira**. Paes-de-Souza, M. Serra, N. E. M., Gil, J. IEPAGRO, Porto Velho, 2011.

LASTRES, H. M. M; FERRAZ, J. C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 27-57.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer. 1

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2002.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?**. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2002.

LISBOA, A M. **Socioeconomia solidária**. Marco conceitual latino-americano. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais.. Uberlândia : Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006. Disponível em http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2029%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/Socioeconomia%20solid%C3%A1ria.pdf Acesso em 10/11/2010.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2000a. p. 44-49.

MARCONI, M. M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTES, Ana Cristina B.; BULGACOV, Sérgio et al. Apresentação: Fórum – **Redes Sociais e Interorganizacionais**. In Revista de Administração de Empresas, São Paulo, ERA Publicações, v. 46, n. 3, 2006.

MEIRA, J. M.; WANDERLEY, C. A.; SILVA, A. C. M.; MIRANDA, L. C. **Indicadores de desempenho empresarial divulgados por empresas norte-americanas**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 85-103, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/220>>. Acesso em 19 nov. 2011.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias**: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico. Rio de Janeiro: 2007.

OLIVER, A., & Ebers, M. **Networking network studies: analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships**. Organization Studies , 19 (4), 459-583. 1998.

OLIVER, C. **Determinantes of interorganizational relationships: integration and futures directions**. Academy of Management Review , 15 (12), 241-265. 1990.

PAES-DE-SOUSA, M. **Pré-projetos das Agroindústrias do Médio e Baixo Rio Madeira**. IEPAGRO, Porto Velho, 2010.

PINTO, J.R.L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PORTER, M. E. **Competição On competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAZETO, Luis. **Empresas de Trabajadores y Economía de Mercado**. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net>. Acesso em: 10 de março de 2012

RAZETO, Luis. **Las Empresas Alternativas**. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net>. Acesso em: 11 de março de 2012.

RAZETO, Luis. **Os Caminhos da Economia de Solidariedade**. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net>. Acesso em: 12 de março de 2012.

RAZETO, Luís. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: Moacir Gadotti (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, p. 34-58. 1993.

RUDUIT, S., **Relações interfirmas e emprego na rede de empresas**: a experiência de externalização de uma empresa no setor de telecomunicações. **Sociologias**, n. 8. Porto Alegre, Jul/Dec 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200015&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 13/11/2010.

SANTANA, G.J. **Problematizando a Economia Solidária**. Paper apresentado no I Congresso Internacional de sociologia Econômica e Finanças, São Carlos, 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Hemus, 3a ed. 2008, 440p. ISBN 85-289-0554-3 (edição resumida).

SCHMITZ, H. and NADVI, K. Institute of Development Studies, University of Sussex, UK. **Clustering and industrialization**: Introduction. Elsevier Science Ltd. 1999:v. 27, n. 9. Pp. 1503-1534

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002^a.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, Fato associativo e Economia Solidária**: A experiência da ASMOCONP/ Banco Palmas. 2005. 98f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUSA SANTOS, B.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUSA SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SUGDEN, R. WILSON, J. R. 'Economic Development in the Shadow of the Consensus: A Strategic Decision-Making Approach', Contributions to Political Economy, 21,111-134. 2002.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R.; SAMPAIO, S.E.K. **Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas**. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, p. 543-562, 2004.

TAUILE, J. R.. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. **Economia contemporânea**. Rio de Janeiro, 6(1): 107-122, jan./jun. 2002.http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/do_socialismo_de_mercado_a_economia_solidaria.pdf . Acesso em 13/11/2010.